

15/12/2009

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 96.990 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
EMBTE. (S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
EMBDO. (A/S) : HENRIQUE PINHEIRO NOGUEIRA
ADV. (A/S) : PAULO EDUARDO BUSSE FERREIRA FILHO E
OUTRO (A/S)
EMBDO. (A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM HABEAS CORPUS. PENAL E PROCESSUAL PENAL. ESTELIONATO, FORMAÇÃO DE QUADRILHA E CORRUPÇÃO PASSIVA. CONCURSO MATERIAL. PENA MÍNIMA DE RECLUSÃO SUPERIOR A DOIS ANOS. IMPOSSIBILIDADE DE FIANÇA. INTIMAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE DEFESA PRÉVIA. DESNECESSIDADE.

1. O artigo 323, I, do CPP não admite a fiança quando a pena mínima de reclusão for superior a dois anos. O artigo 514 do CPP determina que a notificação para apresentação da defesa prévia somente é cabível nos crimes afiançáveis.

2. O paciente foi denunciado pela prática dos crimes de estelionato, formação de quadrilha e corrupção passiva, cujas penas mínimas privativas de liberdade são de um ano para os dois primeiros e de dois anos para o terceiro. Logo, considerado o concurso material, a soma das penas-mínimas totaliza quatro anos, inviabilizando a aplicação do disposto no art. 514 do CPP.

Embargos de declaração acolhidos com efeitos infringentes a fim de reformar o acórdão embargado e, em consequência, denegar a ordem. Prejudicados o pedido de extensão formulado por Sílvio César Madureira e os agravos regimentais interpostos por Emerson Luís Lopes e João Vicente Camacho Ferrario.

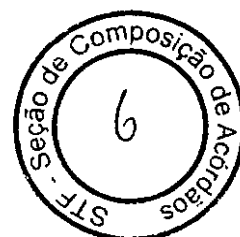
A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em acolher os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para denegar a ordem e determinar a expedição de mandado de prisão, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 15 de dezembro de 2009.

EROS GRAU -

RELATOR



15/12/2009

SEGUNDA TURMA

EMB.DECL. NO HABEAS CORPUS 96.990 SÃO PAULO

RELATOR : **MIN. EROS GRAU**
EMBTE. (S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
EMBDO. (A/S) : HENRIQUE PINHEIRO NOGUEIRA
ADV. (A/S) : PAULO EDUARDO BUSSE FERREIRA FILHO E
OUTRO (A/S)
EMBDO. (A/S) : SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau: Embargos de declaração opostos pelo Ministério Público em face do acórdão de folhas 961/967, assim ementado:

"HABEAS CORPUS. PROCESSUAL PENAL. CRIMES FUNCIONAIS AFIANÇÁVEIS. DENÚNCIA LASTREADA EM INQUÉRITO POLICIAL. INOBSERVÂNCIA DO RITO ESTABELECIDO NO ART. 514 DO CPP. VIOLAÇÃO DA GARANTIA DA AMPLA DEFESA. ART. 5º, INISO LV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL.

Crimes funcionais afiançáveis. Denúncia lastreada em inquérito policial, afastando-se o rito estabelecido no art. 514 do Código de Processo Penal. A não-observância de formalidade essencial em procedimentos específicos viola frontalmente a garantia constitucional da ampla defesa.

Ordem concedida."

2. O embargante, Ministério Público Federal, observa que o acórdão partiu de premissa equivocada ao considerar que o paciente fora denunciado por crimes funcionais afiançáveis [interceptação telefônica clandestina, violação de sigilo funcional e corrupção passiva].

3. O paciente fora na verdade denunciado por estelionato (CP, art. 171), formação de quadrilha (CP, 288) e corrupção passiva

HC 96.990-ED / SP

(CP, art. 317, § 1º), em concurso material (CP, art. 69). Daí que não teria direito a ser intimado a apresentar a defesa prévia de que trata o artigo 514 do CPP. Isso porque, não obstante esses crimes serem individualmente afiançáveis, o somatório das penas, em razão do concurso material, alcança patamar superior a dois anos, impedindo a fiança.

4. Cita precedentes desta Corte.

5. Requer "a imediata suspensão dos efeitos da decisão embargada e o acolhimento dos presentes embargos de declaração para que, modificada a decisão de **fls. 961-967**, seja denegada a ordem impetrado em favor de Henrique Pinheiro Nogueira".

É o relatório.

HC 96.990-ED / SP

V O T O

O SENHOR MINISTRO Eros Grau (Relator): Após a concessão do *habeas corpus* foram protocolados cinco pedidos de extensão, dos quais quatro foram indeferidos e um não foi apreciado. Sobrevieram, ainda, dois agravos regimentais interpostos das decisões que indeferiram as extensões.

2. O pedido de reconsideração não foi apreciado e os dois agravos regimentais restarão prejudicados caso os embargos sejam acolhidos, o que justifica sejam estes julgados em primeiro lugar.

3. O recurso é tempestivo, ao contrário do sustentado por um dos requerentes da extensão.

4. O artigo 323, inciso I, do CPP não admite a fiança quando a pena mínima de reclusão for superior a 2 (dois) anos. O artigo 514 do CPP determina que a notificação para apresentação da defesa prévia somente é cabível nos crimes afiançáveis.

5. O paciente foi denunciado pela prática dos crimes de estelionato (CP, art. 171), formação de quadrilha (CP, 288) e corrupção passiva (CP, art. 317, § 1º), cujas penas mínimas privativas de liberdade são de 1 (um) ano para os dois primeiros e de 2 (dois) anos para o terceiro. Logo, considerado o concurso material, a soma das penas-mínimas totaliza 4 (quatro) anos, inviabilizando a aplicação do disposto no art. 514 do CPP. Nesse sentido, o seguinte aresto:

EMENTA: PENAL. DELITOS DOS ARTS. 316, 317 E 318 DO CÓDIGO PENAL. CONCURSO MATERIAL. DEFESA PRELIMINAR. ART. 514 DO



HC 96.990-ED / SP

CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. O direito de o servidor exercer a defesa preliminar de que cogita o art. 514 do Código de Processo Penal só é possível em hipótese de crime afiançável. No caso, não há de ser a fiança admitida, pois houve concurso material de crimes e a soma das penas cominadas é superior a dois anos. Alegada ofensa ao devido processo legal e a ampla defesa, que não se caracteriza. Agravo regimental improvido.

[AI 156544 AgR, Relator o Ministro ILMAR GALVÃO, DJ 2.12.1994]

Acolho os embargos de declaração, conferindo-lhes efeitos infringentes, para reformar o acórdão embargado e, em consequência, denegar a ordem. Julgo prejudicados o pedido de extensão formulado por Sílvio César Madureira (fls. 895/898) e os agravos regimentais interpostos por Emerson Luís Lopes (fls. 918/924) e João Vicente Camacho Ferrairo (fls. 953/958).



SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

EMB.DECL.NO HABEAS CORPUS 96.990

PROCED.: SÃO PAULO

RELATOR : MIN. EROS GRAU

EMBTE.(S): PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

EMBDO.(A/S): HENRIQUE PINHEIRO NOGUEIRA

ADV.(A/S): PAULO EDUARDO BUSSE FERREIRA FILHO E OUTRO(A/S)

EMBDO.(A/S): SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Decisão: A Turma, à unanimidade, acolheu os embargos de declaração, com efeitos modificativos, para denegar a ordem e determinar a expedição de mandado de prisão, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, neste julgamento, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. **2ª Turma**, 15.12.2009.

Presidência da Senhora Ministra Ellen Gracie. Presentes à sessão os Senhores Ministros Celso de Mello, Cezar Peluso e Eros Grau. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Joaquim Barbosa. Compareceu à Turma o Senhor Ministro Gilmar Mendes, Presidente do Tribunal, a fim de julgar processos a ele vinculados, assumindo, nesta ocasião, a Presidência da Turma, de acordo com o art. 148, parágrafo único, RISTF.

Subprocurador-Geral da República, Dr. Mário José Gisi.

Carlos Alberto Cantanhede
Coordenador